

De Otto Groth ao Jornalismo da Era Digital: A Narrativa do Presente como Forma de Conhecimento¹

Renata CARRARO²

Universidade Metodista de São Paulo (Umesp) e Faculdades Integradas Rio Branco (FRB)

Resumo

O artigo toma como ponto de partida, sem aprofundá-las, as características do “fenômeno jornalístico” na visão, já consagrada, de Otto Groth (1875-1965) para, num segundo momento, também de forma breve, tecer a crítica da ideia de crise do jornalismo em sua acepção negativa, de fim. Os dois momentos anteriores servem como plataforma para, numa terceira e mais ampla etapa, trazer para a discussão o tema da natureza do jornalismo como forma de conhecimento. Pretende-se, com isso, reafirmar o lugar do fazer jornalístico na sociedade, quaisquer que sejam os contextos tecnológicos, as plataformas em que esse fenômeno se desenvolve ou os modelos de negócios eleitos pela indústria da notícia.

Palavras-chave: jornalismo; jornalismo especializado; Otto Groth; jornalismo como forma de conhecimento.

Um galo sozinho não tece uma manhã:
ele precisará sempre de outros galos.
De um que apanhe esse grito que ele
e o lance a outro; de um outro galo
que apanhe o grito de um galo antes
e o lance a outro; e de outros galos
que com muitos outros galos se cruzem
os fios de sol de seus gritos de galo,
para que a manhã, desde uma teia tênue,
se vá tecendo, entre todos os galos.

João Cabral de Melo Neto.

“Tecendo a manhã”, em **A educação pela pedra**.

A naturalidade, a quase irresponsabilidade com que a literatura e as práticas se referem à atualidade, à periodicidade, à universalidade e à difusão coletiva como elementos fundamentais, indispensáveis, de toda e qualquer forma de jornalismo até podem deixar a

¹ Trabalho apresentado no GP Teorias do Jornalismo do XV Encontro dos Grupos de Pesquisa em Comunicação, evento componente do XXXVIII Congresso Brasileiro de Ciências da Comunicação.

² Doutoranda no Programa de Pós-Graduação em Comunicação Social da Umesp e docente, nas FRB, das disciplinas Edição 1 e 2 (entre outras). Email: recarraro69@gmail.com..

impressão de que, de tão ordinário que tudo isso parece ser, nada ou ninguém tenha se debruçado, anos a fio como no caso do personagem a que nos estamos referindo neste momento, Otto Groth, para entender e explicitar justamente essas coisas sem as quais, simplesmente, nem jornalismo pode existir.

Essa atitude cognitiva revela todo o seu alto grau de potencial nocivo ao conhecimento do próprio campo jornalístico, sobretudo, se se leva em conta, como o estamos fazendo neste texto, que o jornalismo representa um produto típico, elementar e necessário da sociedade dita moderna, um modo específico de narrativa sobre o presente a que podemos chamar de imediato, sem a qual, *mutatis mutandis*, sequer a sociedade moderna existe em sua inteireza, pelo menos nos modos como se foram conformando, no jornalismo inclusive, os sentidos antigos e novos de sua existência. Um típico produto da sociedade urbana e industrial (MEDINA, 1978), portanto, que, a seu modo, ao lado de outras práticas sociais e de outras narrativas, contribuiu ao longo dos últimos dois a três séculos, mais uma vez, para a produção dos sentidos, das mais diferentes ordens, construtores dos modos como essa modernidade se entende e se narra.

Do jornalismo necessário à ideia de crise como fim

Muito citado, porém nem sempre bem compreendido, como lembra Christa Berger (2001, p. 276), o jornalista, professor e pesquisador alemão Otto Groth (1875-1965) deixou para profissionais e estudiosos do jornalismo sete alentados volumes de sua obra, *Die Zeitung*, que o Brasil, até menos de cinco anos atrás, por desconhecimento, falta de interesse ou, principalmente, pela dificuldade do idioma, só pôde vez ou outra praticamente ler por meio de *La ciencia periodística de Otto Groth*, uma versão, bem resumida, da obra do autor alemão, lançada na Espanha, em 1966, por Angel Faus Belau.³

O fato reconhecido, no entanto, é que o que escreveu Groth, em seu esforço para firmar o lugar do jornalismo como ciência ou disciplina autônoma no universo das ciências sociais – à parte o forte viés funcionalista do autor, que não é objeto de nossas preocupações neste artigo –, continua fundamentalmente válido, como é reconhecido pela literatura, configurando o que se pode com direito ainda continuar sendo chamado de “essência do jornalismo”. Para Groth, a ausência de qualquer uma das quatro características enunciadas, definidoras da natureza do jornalismo no trato com o seu objeto social – a

³ Em 2011, a Editora Vozes lançou *O poder cultural desconhecido: fundamentos da ciência dos jornais*, tradução de Liriam Sponholz, um volume de 460 páginas com parte da extensa produção de Otto Groth,

notícia –, resulta na inexistência de uma ciência que nasce, segundo ele, “das necessidades, da urgência da vida” (GROTH apud BERGER, 2011, p. 2). Encontra-se fora de dúvida, para o jornalista alemão inimigo do nacional-socialismo, que o fenômeno jornalístico formava parte constitutiva do existir social.

Não é o caso, aqui, de nos aprofundarmos nas explicações que o teórico alemão oferece para cada uma dessas características e nas relações que ele, a seu tempo, via existirem entre cada uma delas. Importa, no entanto, ressaltar o dado de que o que se revela em algum momento da história moderna como sendo da essência do jornalismo, se assim o for de verdade – como de fato o é, como mostra a história das práticas e dos estudos no campo específico em questão –, tende a não perder sua importância e valor como efeito de mudanças que, vistas sempre em sua complexidade, anunciam em maior ou menor grau o advento de tempos novos – e, aí, a discussão é longa sobre que tempo é esse tempo e como nomeá-lo – e também não iremos entrar nessa discussão –, se modernidade inacabada (Habermas), sobremodernidade (Augé), modernidade líquida (Bauman), ou pós-modernidade, com seu coro de defensores e também de críticos.

Qualquer que seja o nome que se dê ou que se deixe de dar ao tempo em que vivemos, porém, seria fora de propósito admitir que um determinado período histórico – com toda a sua carga de valor heurístico – suplantasse, condenasse ao esquecimento ou reduzisse a cinzas as grandes linhas de forças, as estruturas, os símbolos, os sentidos, avanços e retrocessos do tempo que se considera ter ido.

Particular relevância assume essa observação num tempo como o em que estamos vivendo, de rápidas mudanças tecnológicas, primordialmente, nos campos da informação e da comunicação, e no qual a tentação pode ser grande de se confundir o jornalismo como fenômeno social – Groth se referia a ele como um “produto da cultura” – com suas formas históricas de expressão. E, então, neste caso, aquilo que toda crise pode ter de sinalização de mudança e potencial avanço acaba por se tornar sinônimo de fim. A história recente não pode reclamar da ausência de (falsos) profetas do fim de alguma coisa: fim da História, fim das grandes narrativas, fim da TV, do livro, da modernidade... fim do jornalismo.

É nesse sentido, positivo, de crise com o qual aqui se trabalha, e que mais se aproxima da acepção original, etimológica do termo grego “*krisis*” = separar, distinguir, que se vê a importância e se insiste na necessidade de, sem medo, (re)interpretar para o nosso tempo os conteúdos mais elucidativos de atualidade, periodicidade, universalidade e

difusão coletiva, com ganho para as releituras possíveis do próprio jornalismo como lugar privilegiado da narrativa atual, sobre o presente imediato.

Ressignificar, porém, é diferente de abandonar, desistir de, ou, até mesmo, na fervilhante discussão que ocorre no campo do jornalismo sobre o tema, por exemplo, do tempo (e, portanto, da atualidade e da periodicidade, em primeiríssimo lugar), é diferente de executar. Os mais eufóricos com as mudanças não raramente confundem as tecnologias e a velocidade que elas permitem, sobretudo no campo da (re)produção e veiculação de informação, com o fim do(s) tempo(s), tempo esse, na realidade, como o mostram diferentes campos do saber humano, de múltiplas camadas, direções, sentidos. Tempo complexo.

Reafirmar o sentido positivo de crise, no entanto, não é o mesmo que desconhecer que todo processo de mudança não é isento de conflitos, assimetrias, perdas e ganhos, incertezas. Aliás, saber conviver com a incerteza como elemento constitutivo do humano, da natureza e da cultura, adverte Morin (2011, p.69-80), e dela aprender, constitui um dos saberes necessários à educação do futuro. O texto traz como epígrafe um aforismo de Eurípedes: “Os deuses criam-nos muitas surpresas: o esperado não se cumpre, e ao inesperado um deus abre o caminho”, o que merece o seguinte comentário do autor: “A história humana foi e continua a ser uma aventura desconhecida. Grande conquista da inteligência seria poder, enfim, libertar-se da ilusão de prever o destino humano. O futuro permanece aberto e imprevisível” (MORIN, 2011, p. 69).

Jornalismo e conhecimento

A noção, ou melhor, no caso do autor com quem passamos daqui em diante a nos ocupar, Adelmo Genro Filho, a certeza de que o jornalismo constitui uma forma de conhecimento, no Brasil, obriga a direcionar o olhar do pesquisador quase que sem escapatória, por vias diretas ou indiretas, para a obra *O segredo da pirâmide: para uma teoria marxista do jornalismo*, de Adelmo Genro Filho (1987) e, depois, ao livro *O conhecimento do jornalismo*, de Eduardo Meditsch (1992).

O ponto de partida teórico de Genro Filho é o do marxismo, como deixa explícito o autor já no título de sua obra. A motivação para a sua tentativa de esboçar uma “teoria marxista do jornalismo”, porém, como ele mesmo afirma logo no início de sua dissertação de mestrado transformada em livro, lhe veio de Otto Groth, pelo fato de o autor alemão ter

se proposto a estudar o jornalismo, ou a “ciência do jornalismo”, como “objeto autônomo” (GENRO FILHO, 1987, p. 19).

O jornalista gaúcho acaba por considerar “genérico e abstrato” o ponto de vista grothiano para os fins a que se propõe (GENRO FILHO, 1987, p. 21), mas, de fato, entre o funcionalismo de um e o marxismo de outro, não é particularmente difícil identificar a proximidade de ambos na afirmação da necessidade e importância do jornalismo na constituição do social.

Apoiando-se nas concepções hegelianas de “universal”, “particular” e “singular”, Genro Filho vê na “cristalização no singular” o modo de o jornalismo se propor como conhecimento do presente atual, e consegue fazê-lo, o jornalismo assim entendido, sem revogar os imperativos da teoria marxista da história, a começar pelo fato da divisão da sociedade em classes e das lutas que entre elas se processam, anunciadoras de novos tempos, sem dominação, sem alienação.

Investe, nesse contexto, contra o funcionalismo que vê de forma modelar em Robert E. Park, da Universidade de Chicago, que, em ensaio para o *The American Journal of Sociology*, de 1940, apoiando-se no pragmatismo de William James, situa o jornalismo no terreno do “conhecimento de” (ou “conhecimento de trato”), aquele que, segundo Park, sempre na expressão de Genro Filho (1977, p. 53), “relativamente a um saber mais complexo e abstrato, não ultrapassa o aspecto fenomênico, que emana do uso familiar, da imediaticidade da experiência e do hábito que lhe corresponde”.

Diferente seria o conhecimento “acerca de”, que a informação jornalística não alcança, de novo nas palavras de Genro Filho (1987, p. 53) na leitura que faz de Park, que é um conhecimento “formal, produto de uma abstração controlada e criteriosa, isto é, lógico e teórico”. Gêneros e não graus diferentes de conhecimento, com funções sociais distintas, de acordo com Park, “o relato de uma notícia é um mero lampejo a anunciar que um acontecimento ocorreu”, ainda que esse relato “não somente informa o indivíduo como principalmente o orienta, inteirando cada um e todos do que está acontecendo” (PARK, apud GENRO FILHO, 1987, p. 54).

O autor brasileiro, sempre sob o pano de fundo do apoio teórico marxista e em sua rejeição ao funcionalismo parkiano, considera “reduzida” a divisão sugerida por James e assumida por Park, “pois supõe uma espécie de ‘senso comum’ isento de contradições internas, cuja função seria somente reproduzir e reforçar relações sociais vigentes, integrar os indivíduos na sociedade” (GENRO FILHO, 1987, p. 54).

E conclui essa parte de sua crítica:

O ponto de referência inicial do contínuo onde se localiza o conhecimento jornalístico constitui, de fato, um “gênero” e não apenas um “grau” de abstração. No entanto, o aspecto central desse gênero de conhecimento é a apropriação do real pela via da singularidade, ou seja, pela reconstituição da integridade de sua dimensão fenomênica. Não é, simplesmente, como quer o autor, uma espécie de conhecimento “que faz cada um de nós sentir-se à vontade no mundo que escolheu ou no qual está condenado a viver” (GENRO FILHO, 1987, p. 54).

Por trás da percepção de conhecimento defendida por Park encontra-se uma ideia do “positivo”, segundo Genro Filho, “nos termos em que [este] foi definido por Augusto Comte” (GENRO FILHO, 197, p. 54.55). O resultado final é negativo, legitimador da estrutura social vigente:

Robert E. Park acaba definindo o conhecimento produzido pelo jornalismo com um mero reflexo empírico e necessariamente acrítico, cuja função é somente integrar os indivíduos no “status quo”, situá-lo e adaptá-lo na organicidade social vigente (GENRO FILHO, p. 55-56).

O conhecimento que o jornalismo produz, no seio da sociedade de classes e atravessado por suas contradições, difere do conhecimento da ciência, continua o autor, uma vez que esta “dissolve a feição singular do mundo em categorias lógicas universais”. No jornalismo, a singularidade da notícia é reconstituída “simbolicamente, tendo consciência que ela mesma se dissolve no tempo”, afirma ainda Genro Filho, que linhas antes, concordando com Park, lembra que “nada é mais velho do que uma notícia de ontem”, a não ser, ele complementa, que essa notícia seja “reelaborada com novos dados constituindo outra notícia, a de hoje” (GENRO FILHO, 1987, p. 58).

O peso da herança positivista

O esforço teórico de Genro Filho mais se parece voltado à defesa das teses marxistas aplicadas ao jornalismo que à formulação e defesa desse mesmo jornalismo como modo de conhecimento. Por detrás da crítica ao funcionalismo, porém, apresenta-se com maior ou menor força, igualmente, a rejeição ao positivismo, ou a uma concepção de tipo absoluto de ciência, incapaz de integrar a ideia da existência de formas diferentes de conhecimento que não o conhecimento forjado sob a forma do método científico.

Expressas ou implícitas nas entrelinhas do pensamento do jornalista e pesquisador gaúcho, essas ideias, porém, não são assumidas com clareza e em sua plenitude, talvez porque, como se sabe, a despeito de todo o seu refinamento teórico de natureza dialética, num jogo incessante de contradições gerando novas sínteses, o próprio marxismo é herdeiro, no melhor sentido do termo, do cientificismo triunfante em sua época.

O peso da herança positivista na rejeição ao jornalismo como modo de conhecimento, ou, menos radicalmente, na sua localização numa escala hierárquica inferior no movimento de produção do saber, apresenta-se de modo muito mais explícito, com a simultânea redução do peso do enfoque marxista, na obra do professor e pesquisador Eduardo Meditsch, da Universidade Federal de Santa Catarina, um dos seguidores mais próximos do labor teórico de Genro Filho. Seu livro mais antigo de defesa dessa perspectiva, já citado, *O conhecimento do jornalismo*, foi lançado em 1992. Neste breve artigo, que mais aponta caminhos que conclui, nos servimos de uma conferência do autor, proferida em setembro de 1997, disponível na internet, que traz por título, justamente, “O jornalismo é uma forma de conhecimento?” (MEDITSCH, 1997). O leitor interessado saberá ler, na vasta produção bibliográfica mais recente do autor em livros, capítulos de livros e artigos em periódicos científicos, os detalhes, refinamentos e novos argumentos que ele apresenta em favor de suas concepções teóricas, no serviço que ele inegavelmente presta para uma melhor compreensão do jornalismo.

Deixando um pouco de lado a defesa mais ou menos intransigente do modo de o jornalismo conhecer, feita por esse autor no seguimento das ideias de Genro Filho, vale a pena retomar o tema central, acima esboçado, da crítica ao positivismo. A noção, defendida com força maior sob o subtítulo seguinte do presente artigo, é a de que apenas uma visão mais ampla, complexa e compreensiva de conhecimento – incluindo, mas não absolutizando o conhecimento científico – pode acolher a ideia de que o jornalismo, a seu modo, produz conhecimento, quando não o reproduz.

Didático em sua exposição, ainda que sem assumir, como nos parece, com maior precisão, essa noção mais ampla e complexa de ciência à qual nos voltaremos adiante, Meditsch distingue entre três principais abordagens, ou, como ele escreve, “interpretações” do fenômeno:

a) – Uma primeira abordagem, que poderíamos aqui chamar de tipicamente positivista, ou cientificista, é aquela que, na visão de Meditsch, é engendrada por uma

definição de conhecimento “não como um dado concreto, mas como um ideal abstrato a alcançar”. De acordo com esse ideal, todo conhecimento passa a ser julgado, aceito, negado. Essa perspectiva, para a qual “o Jornalismo não produz conhecimento válido”, contribuindo “apenas para a degradação do saber”, restringe o conhecimento à ação do método científico. Trata-se da realização de um sonho, na linha, convém lembrar, do que afirmava Genro Filho sobre Augusto Comte:

A era moderna, com as fantásticas realizações da técnica na transformação da vida humana e no domínio da natureza, acabou por realizar o sonho dos filósofos positivistas de entronizar “a Ciência” como única fonte de conhecimento digna de crédito. O “método científico” foi escolhido como o parâmetro adequado para se conhecer e dominar o mundo, e toda a tentativa de conhecimento estabelecida à margem deste padrão foi desmoralizada, considerada imperfeita e pouco legítima (MEDITSCH, 1997, p. 2).

Com efeito, é da crítica a essa perspectiva, no confronto com a ideia de complexidade do conhecimento, que se tece a tese principal, defendida logo adiante, de um lugar próprio e legítimo para o jornalismo como conhecimento, junto e ao lado de outras formas, plurais, de produção do conhecimento. Ainda segundo Meditsch, não obstante as críticas que se vêm avolumando contra esse modelo nos últimos tempos, “sua influência ainda pode ser constatada em grande parte da produção acadêmica contemporânea sobre o Jornalismo”.

De acordo com essa posição, já matizada em relação ao positivismo *tout court*, o jornalismo, “de uma forma ou de outra”, acaba por ser situado “no campo do conhecimento como uma ciência mal feita, quando não como uma atividade perversa e degradante” (MEDITSCH, 1997, p. 2).

b) – A segunda forma de abordagem do jornalismo enquanto conhecimento, explica Meditsch (1997, p. 2), “o situa ainda como uma ciência menor, mas admite já que não é de todo inútil”. A alusão é ao mesmo Robert Park, em seu artigo de 1940, segundo o qual o jornalismo se deixa entender como um “conhecimento de”, superficial, fenomênico, de que tratamos acima, no confronto com a crítica de Genro Filho ao funcionalismo desse autor. Meditsch (1997, p. 3) observa a esse respeito:

Este tipo de diferenciação do Jornalismo a partir do grau de profundidade que alcança comparativamente à Ciência ou à História é admitido pelos próprios jornalistas. Ao fazerem comparações entre o seu trabalho e o dos

cientistas, os jornalistas costumam sugerir esta forma de gradação. Quando não se refere à profundidade de análise, a gradação pode referir-se também à velocidade da produção, e o Jornalismo já foi definido como História escrita à queima-roupa.

c) – O que tem o jornalismo de único, de original? Nesta abordagem, sempre de acordo com Meditsch, a ênfase recai não sobre as possíveis semelhanças entre o jornalismo e a ciência, mas em sua especificidade. “Para esta terceira abordagem, o Jornalismo não revela mal nem revela menos a realidade do que a ciência: ele simplesmente revela diferente”. E, ao fazê-lo, acredita o autor, “pode mesmo revelar aspectos da realidade que os outros modos de conhecimento não são capazes de revelar” (MEDITSCH, 1997, p. 3).

Em outros momentos de sua argumentação, Meditsch deixa claro o que entende por “aspectos da realidade que os outros modos de conhecimento não são capazes de revelar”. Por exemplo, quando, ao falar da “imediatividade do real” à qual se fixaria o jornalismo, no campo do senso comum, antes desacreditado e hoje de novo resgatado em sua nobreza, pelo menos nas áreas mais críticas do pensamento, e apoiando-se no pensamento de Peter Berger e Thomas Luckman, em *A construção social da realidade*, vê a “força do jornalismo” associada à vida cotidiana, por onde circulam sentidos dominantes – ainda que não de caráter lógico, analítico, demonstrativo – e para onde voltam, inclusive, “cientistas e filósofos quando retornam à vida cotidiana vindos de seus campos finitos de significação”. Conclui o autor sobre este ponto: “Em consequência, o conhecimento do jornalismo será forçosamente menos rigoroso do que o de qualquer ciência formal, mas, em compensação, será também menos artificial e esotérico” (MEDITSCH, 1997, p. 6).⁴

Ainda como parte da terceira abordagem, o jornalista, professor e pesquisador catarinense chama a atenção para o fato de o jornalismo contribuir não apenas para a produção, mas também para a reprodução de conhecimentos, resgatando desse modo para o debate um dos aspectos, não sem relevância, da natureza comunicacional do jornalismo:

Além desta maneira distinta de produzir conhecimento, o jornalismo também tem uma maneira diferenciada de o reproduzir, vinculada à função de comunicação que lhe é inerente. O jornalismo não apenas reproduz o conhecimento que ele próprio produz, reproduz também o conhecimento produzido por outras instituições sociais (MEDITSCH, 1997, p. 3).

⁴ Em outro contexto, ele afirma que “o Jornalismo, como modo de conhecimento, tem a sua força na revelação do fato mesmo, em sua singularidade, incluindo os aspectos forçosamente desprezados pelo modo de conhecimento das diversas ciências” (MEDITSCH, 1997, p. 8).

Em outro momento, esse dado comunicacional assume o viés de tradutor das linguagens cifradas dos cientistas, o que Meditsch associa ao ideal da universalidade, marca do jornalismo. Nessa função, o jornalismo encontraria “uma de suas principais justificações sociais: a de manter a comunicabilidade entre o físico, o advogado, o operário e o filósofo”. Volta ao argumento do senso comum regenerado: “Enquanto a ciência evolui reescrevendo o conhecimento do senso comum em linguagens formais e esotéricas, o Jornalismo trabalha em sentido oposto” (MEDITSCH, 1997, p. 7).

Juntando intuições e descobertas extraídos de autores e teorias diversos, como as epistemologias críticas, os estudos de linguagem, a neurociência, a psicologia da cognição e outros, Meditsch vai tecendo argumentos para sustentar a tese de que “o Jornalismo não é uma ‘ciência mal feita’, simplesmente porque não é uma ciência e nem pode aspirar a ser tal” (p. 9), mas um modo de conhecimento que, não sendo rigoroso – no sentido positivo do termo – é socialmente válido e indispensável, entendido em sua relação com o fato singular atual, como o entende Genro Filho.

Também reconhece problemas e limites – como a “falta de transparência” dos condicionantes da produção da informação jornalística, a velocidade crescente de sua produção e a espetacularização –, para considerar, de forma positiva, que a visão do jornalismo como um modo de conhecimento, entre outras vantagens, implica exigências mais fortes na produção de seus conteúdos e na formação de seus profissionais.

E conclui, agora definitivamente, ressaltando que a importância social do jornalismo pode requerer igualmente... alguma forma de “controle social”:

Por fim, o conhecimento da realidade é uma questão tão vital para os indivíduos e para as sociedades que, se o jornalista não é apenas quem o comunica, mas também quem o produz e o reproduz, deve estar submetido a um controle social e a uma avaliação técnica mais próxima e mais permanente. A questão do conhecimento que o jornalismo produz e reproduz e de seus efeitos pode ser demasiado estratégica para a vida de uma sociedade para ser controlada exclusivamente pelos jornalistas como grupo profissional ou pelas organizações onde trabalham (MEDITSCH, 1997, 11).

Jornalismo, narrativa e complexidade

Ainda que de forma provisória, neste artigo, é possível apontar para dois pressupostos que, não sendo de forma alguma novos ou inéditos nas discussões sobre o

tema, podem com proveito ser lembrados, e com toda ênfase possível, no interior do debate sobre o jornalismo como modo ou forma de conhecimento e sobre sua importância social – de novo, quaisquer que sejam os modelos, as plataformas e os modos como a indústria da notícia se organiza ou se organizará como negócio, sem desconhecer as formas alternativas, compartilhadas etc., etc., de produção da informação jornalística.

O primeiro desses pressupostos é o que rejeita, em prol do próprio conhecimento e também da ciência, qualquer identificação entre conhecimento, em geral, e conhecimento científico. Só uma ideia muito reducionista, tosca e injusta de conhecimento consegue ainda fazê-lo – embora seja bom não menosprezar a existência de tantos que o fazem –, no velho e enrugado modelo positivista. Nesse contexto, não há mesmo por que exigir do que não é ciência que o seja, que aja segundo os preceitos e exigências do método empírico, que se deixe pautar pelo imperativo, tudo ou nada, do rigor. Perde bastante o sentido, dentro desta percepção, a discussão sobre diferentes graus de “rigor” entre ciência e jornalismo.

A importância dessa visão, que de resto parece tão simples, é ainda maior quando, ao se falar sobre os modos como o jornalismo se compreende, não se pode deixar de levar em conta que o próprio jornalismo, para afirmar o seu lugar no concerto das formas de conhecimento e representação do mundo, historicamente, insistiu erroneamente e com frequência num seu suposto caráter científico – nada contra, convenhamos, à ideia de uma ciência do jornalismo, como a entendia Otto Groth –, mais, muito mais do que em sua contribuição para o debate público, a informação, o serviço, a crítica...

O segundo pressuposto pode ser visto estreitamente vinculado ao primeiro. A crítica ao positivismo e à identificação entre conhecimento e ciência deixa o caminho aberto para o entendimento oportuno da complexidade do conhecimento, para as suas diferentes formas, para a eterna e incessante busca, de maneiras as mais diversas, do ser humano por se situar, se entender até onde possível, de se narrar como cidadão do mundo.

É nessa esfera de pensamento que a proposta de uma complexidade do saber (MORIN, 1995; 2001; 2011) advoga mais do que um simples, mas já importante, empenho interdisciplinar. Mais pertinente e contemporânea é a visão de que se opera, na prática e o tempo todo, com saberes plurais, onde pode caber, inclusive como objeto do mais rigoroso estudo científico, além das ciências, também as artes, os saberes comuns, as experiências, as incertezas, os erros, tanto quanto as tecnologias, a filosofia, o pensamento mítico, o pensamento religioso, a literatura e o que mais se ouse acrescentar, sem esquecer, é claro, o objeto de nosso interesse, o jornalismo.

Essa ideia de complexidade de todo esforço humano por descobrir, inventar, compreender, explicar, narrar, mais aberta, ampla e dinâmica, interroga e tensiona a própria noção, que tantas vezes transparece das discussões sobre a natureza do jornalismo e seus prováveis futuros caminhos, de que o jornalismo seja em algo semelhante a um bloco monolítico – predomina, com efeito, na prática e no entendimento corrente, a ideia da notícia, do impresso, do diário, dos gêneros informativos, como se isso, só isso, desse conta do que poderíamos chamar, como o faz MEDINA (2003), a grande narrativa da contemporaneidade.

Associada às propostas de não identificação entre ciência e conhecimento e de complexidade do conhecimento e do jornalismo como tal, a noção de narrativa como lugar de produção de conhecimento pode ser deveras útil para um entendimento atual do jornalismo e de seu lugar social, com absoluta segurança bem mais interessante que a aproximação entre jornalismo e ciência, ou, pior, que a simples redução do jornalismo ao terreno nas inutilidades. É de longe conhecida a visão do jornalista como um contador de histórias, assegurados os princípios e critérios que diferenciam essas histórias de outras, de tipo ficcional. Mas nem precisaríamos ir muito longe para reconhecer, por outro lado, que namoros de diversos graus de intensidade entre não-ficção e ficção – a ficção, na ótica aqui proposta, é também lugar de conhecimento – geraram historicamente e continuam gerando os melhores resultados jornalísticos, sobretudo em grandes-reportagens e livros-reportagens que fizeram e fazem história. Ensaios e crônicas, com algum tempo maior de dedicação ao assunto, também poderiam ser arrolados.

“Uma das respostas humanas diante do caos”, a narrativa contribui para que o ser humano se afirme “perante a desorganização e as inviabilidades da vida”, constituindo, portanto, “mais do que talento de alguns”, “uma realidade vital” (MEDINA, 2003, p. 47-48). É desnecessário especular sobre o quanto tem aumentado o interesse pela narrativa nas mais diversas áreas do saber humano, da antropologia à história, do direito à medicina, das artes ao jornalismo.

A razão dialógica de que trata Morin, própria de uma “inteligência geral” capaz de juntar, contextualizar (2011, p. 36), ou de editar – como ocorre ouvir com frequência sempre maior nos meios jornalísticos, não sendo a Deusa Razão propugnada pelo Iluminismo, pode se entender bem com a pluralidade de narrativas humanas,⁵ umas aliadas

⁵ É interessante, nesse contexto de dialogia de saberes, ver o que diz Morin, por exemplo, sobre a narrativa do romance como mediadora de conhecimento: “Sinto, cada vez mais, que só um grande romance consegue

mais ao rigor e outras mais ao vigor, umas fazendo transcender a vida em seus significados aparentes tanto quanto em seus mistérios e, ainda, outras ressaltando o privilégio da experiência, a narrativa artística tanto quanto a da produção da informação, da análise, do pensamento crítico.

O jornalismo do futuro, como o dos tempos de Otto Groth, ressalvadas as diferenças, pode se dar bem com essa missão inegociável de narrar, de distintas maneiras, com a desejável qualidade, sempre que possível, o tempo, o momento, cada vez mais o instante em que vivemos. Se o fizer com arte e graça, tanto melhor.

Vale lembrar, nesse contexto, o que aponta Medina, nos domínios do que ela chama de a grande narrativa da contemporaneidade pela via do jornalismo, dito de maneira bem geral, como perda da intuição criativa, o vício da rotina, a tecno-burocracia e o apego a “gramáticas estratificadas” pelo jornalismo, para além do tema da crise (MEDINA, 2003, p. 49). A crítica é forte:

Perdem-se ou se atrofiam as grandes narrativas e se valorizam os projetos técnico-formais, como, por exemplo, os recursos de computação gráfica, a fórmula da notícia curta, descarnada, os gráficos da quantificação sobre os comportamentos humanos. Histórias de vida, que dão sentido aos contextos sociais, ficam à deriva perante a pirotecnia visual e gráfica (MEDINA, 2003, p.32).

“Falta à narrativa regida por fórmulas o toque mágico da *comunicação humana*”, sublinha a autora (MEDINA, 2003, p. 85), para quem, “a arte de tecer o presente” exige “abandonar o conforto das fórmulas engessadas nos manuais jornalísticos e ir ao mundo para viver o presente, as situações sociais e o protagonismo humano” (MEDINA, 2003, p. 40). Polissêmica e polifônica, a grande narrativa da contemporaneidade “se tece no grito de muitos galos” (MEDINA, 2003, p. 133). Com marca de autor, a narrativa da razão luminosa “conta sua história ou a história coletiva de forma sutil e complexa, afetuosamente comunicativa e iluminando no caos alguma esperança do ato emancipatório” (MEDINA, 2003, p. 49).

A livre associação dos “muitos galos tecendo a manhã” ao jornalismo pode traduzir, de maneira que consideramos pertinente, o que falávamos antes sobre a complexidade do fenômeno jornalístico, em seus múltiplos gêneros (MELO E ASSIS, 2010, CHAPARRO, 1998); em seus múltiplos recortes, segmentos, adjetivações (FORTES, 2005; SANTOS,

exprimir as múltiplas dimensões da experiência humana, as vidas subjetivas interiores, os comportamentos numa sociedade, numa história, num mundo, pondo ao mesmo tempo os problemas do destino humano, quer pela força das personagens, quer pela pena do autor, quer ainda implicitamente” (MORIN, 1995, p. 21).

2013; 2015), suas muitas histórias, a polifonia e a polissemia com que se tece o que Medina, mais uma vez, chama de “a grande narrativa da contemporaneidade”. E isso é muito mais desafiador e instigante que a ideia, fácil e irresponsável, de fim.

Referências

BELAU, A. F. **La ciência periodística de Otto Groth**. Pamplona: Instituto de Periodismo de la Universidade de Navarra, 1966.

BERGER, Christa. Otto Groth e a essência do Jornalismo. **Revista Galáxia**, São Paulo, n. 22, p. 275-278, dez. 2011. 275

CHAPARRO, MCC. **Sotaques d'aquém e d'além-mar**: percursos e gêneros do jornalismo português e brasileiro. Santarém, Portugal: Jortejo, 1998.

FORTES, L. **Jornalismo investigativo**. São Paulo: Contexto, 2005.

GENRO, A. **O segredo da pirâmide**: para uma teoria marxista do jornalismo. Porto Alegre: Tchê, 1987.

MEDINA, C. **Notícia, um produto à venda**: jornalismo na sociedade urbana e industrial. São Paulo: Alfa-Ômega, 1978.

MEDINA, Cremida. **A arte de tecer o presente**: narrativa e cotidiano. São Paulo: Summus, 2003.

MEDITSCH, E. **O conhecimento do jornalismo**. Florianópolis: Editora da UFSC, 1992

MEDITSCH, Eduardo. **O jornalismo é uma forma de conhecimento?** Disponível em: <http://bocc.ubi.pt/pag/meditsch-eduardo-jornalismo-conhecimento.html>. Acesso em julho de 2015

MELO, J. M; ASSIS, F. (Orgs.). **Gêneros jornalísticos no Brasil**. São Bernardo do Campo: Editora Metodista, 2010.

MORIN, Edgar. **Os meus demônios**. Mem Martins: Publicações Europa-América, 1995.

MORIN, E. **A cabeça bem-feita**: repensar a reforma, reformar o pensamento. 3ª. edição. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2001.

MORIN, E. **Os sete saberes necessários à educação do futuro**. 2ª. edição. São Paulo: Cortez; Brasília/DF: Unesco, 2011.

SANTOS, Marli. A ação do jornalismo de precisão na especialização jornalística: por uma sociedade mais crítica. In: GONÇALVES, Elisabeth M. (Org.). **Sujeitos em (re) ação**. São Paulo: Universidade Metodista de São Paulo, 2013.

SANTOS, M. O perfil dos jornalistas na cobertura especializada em ciência. **Comunicação e Informação**. Faculdade de Comunicação e Biblioteconomia e Programa de Pós-Graduação em

Comunicação da Universidade Federal de Goiás. Vol. 15, no. 1, 2012. Disponível em:
<http://www.revistas.ufg.br/index.php/ci/issue/view/1168>. Acesso em julho de 2015.